

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 839.072 - SP (2015/0317918-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE** : **ETEMP ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**  
**ADVOGADO** : **FERNANDO SASSO FÁBIO E OUTRO(S) - SP207826**  
**EMBARGADO** : **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**ADVOGADO** : **FRANCESLI APARECIDA SENO FRANCESCHI - SP081644**  
**INTERES.** : **AGUINALDO ALVES DOS SANTOS**  
**INTERES.** : **JOSÉ GONÇALES CORDEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos pela ETEMP ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. contra decisão de minha lavra de e-STJ fls. 221/224, em que conheci do agravo para não conhecer do recurso especial, ante a incidência do disposto nas Súmulas 283 do STF e 83 do STJ.

A embargante alega existência de erro material na referida decisão, na medida em que o art. 34 do CTN não legitima a cobrança do IPTU, por parte do ente municipal, de ambos os contratantes do negócio jurídico de venda do imóvel. Nesse sentido, afirma não ter dado causa ao ajuizamento da execução fiscal, o que resulta na inviabilidade de a verba sucumbencial recair em seu desfavor.

Impugnação não apresentada pelo ente municipal.

Passo a decidir.

Os embargos de declaração, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, têm ensejo quando há obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado.

*In casu*, não ocorreu nenhum dos vícios supracitados.

Em primeiro lugar, verifica-se que a empresa ratifica a tese apresentada no apelo extremo, sobre sua ilegitimidade para responder pela verba de sucumbência resultante da extinção do executivo fiscal, com base no art. 34 do CTN, que, frise-se, não foi suscitado anteriormente pela parte.

Dessa forma, não há falar-se em omissão ou erro material do comando judicial, se a própria parte embargante não provocou essa instância superior à análise do fundamento que embasa o recurso aclaratório.

Como cediço, a inovação de teses em sede de regimental é amplamente rechaçada pela jurisprudência deste STJ. Vide:

PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA. JULGADOS ORIUNDOS DA MESMA TURMA. DEFICIÊNCIA. SUPRIMENTO EM AGRAVO INTERNO. PRECLUSÃO.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento

no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A Primeira Seção possui a compreensão de que "a ausência de jurisprudência consolidada sobre a questão de direito material controvertida acarreta o indeferimento do pedido de uniformização" (AgRg na Pet 10.723/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 16/11/2016).

3. Caso em que o requerente apontou como jurisprudência dominante tão somente dois julgados oriundos do mesmo órgão julgador, a Sexta Turma (REsp n. 291.404/SP e no AgRg no REsp n. 1.137.303/RS).

4. A indicação de precedente da Quinta Turma nas razões do agravo interno, no intento de suprir a deficiência que impediu o conhecimento do incidente, configura inovação recursal, incabível em razão da preclusão consumativa.

5. Agravo interno desprovido. (AgInt na Pet 10.963/PE, de MINHA RELATORIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 22/02/2018).

Outrossim, a decisão embargada, ao não conhecer do recurso especial, foi clara ao assentar que (e-STJ fls. 223/224):

da leitura do excerto supra, observa-se que o Tribunal de origem – valendo-se, inclusive, de julgado da própria Câmara acerca do tema – rejeitou a fixação de verba de sucumbência com apoio no princípio da causalidade.

Nesse sentido, afirmou ter sido a própria parte devedora quem deu causa ao ajuizamento da execução pelo ente municipal, a fim de ver satisfeito o crédito tributário; logo, por certo, a condenação em encargos sucumbenciais seria voltada em desfavor da parte executada – in casu, a ora agravante – e não contra a Fazenda Municipal.

Nas razões do recurso especial, todavia, a agravante não impugnou esses fundamentos, limitando-se a pleitear a fixação da verba sucumbencial, já que não autorizou ou assentiu com o pagamento realizado por terceiro não integrante da lide.

Com efeito, a ausência de impugnação de fundamento central do acórdão, que é suficiente para mantê-lo, atrai a incidência da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Aliás, soa desarrazoado o argumento da agravante de que não autorizou o pagamento do tributo por terceiro estranho à lide. Em primeiro lugar, porque o "terceiro" foi incluído no polo passivo da execução fiscal, em razão de ter firmado, com a própria insurgente, contrato de compra e venda do imóvel que deu origem à dívida de IPTU.

Em segundo plano, porque a jurisprudência pacífica do STJ adotou orientação no sentido de que, tanto o promitente comprador (possuidor a qualquer título) do imóvel quanto seu promitente vendedor (que tem a propriedade do imóvel registrada no Registro de Imóveis) são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU, podendo o legislador municipal eleger quaisquer deles.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente: (...)

Acresço, por fim, que o art. 125, I, do CTN estabelece, como um dos efeitos da solidariedade, que o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

Logo, sendo o promitente comprador legítimo contribuinte do imposto – de acordo com o precedente supracitado – faz-se absolutamente admissível o pagamento por ele realizado.

Assim, ausentes quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

